



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 153 • Quarta-Feira, 13 de Julho de 2016 • www.portaldogoverno.co.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



VISITA DO PM INDIANO DEIXA GANHOS AO PAÍS

Pág. 5



EM KIGALI, RUANDA
PR Nyusi participa na cimeira da UA

Pág. 2



NO CENTRO DO PAÍS
Construção do corredor de Macuse
arranca em 2017

Pág. 8



Moçambique declarado livre da
poliomielite

Pág. 11

PALAVRA DE ORDEM DO
GOVERNODOMOÇAMBIQUE

AUMENTO DA PRODUÇÃO, POUPANÇA E CONTROLO

Em Kigali, Ruanda

PR NYUSI PARTICIPA NA CIMEIRA DA UA

O Presidente da República, Filipe Nyusi, vai participar, de 17 a 18 de Julho corrente, na Cimeira da União Africana (UA), a ter lugar em Kigali, na República do Ruanda. Trata-se da XXVII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo desta organização, a decorrer sob o lema "2016 Ano Africano dos Direitos Humanos".

O anúncio da viagem foi feito esta terça-feira, em Maputo, na sessão do Conselho de Ministros.

Segundo o porta-voz da sessão, Mouzinho Saíde, a cimeira vai debater a questão de financiamento desta organização continental, o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP), a integração do continente e a criação de Zona de Comércio Livre em África.

Mouzinho Saíde explicou que o encontro vai debater, ainda, temas como o HIV/Sida a partir do observatório do continente sobre a matéria, anunciar os vencedores dos prémios do concurso sobre o género 2016 e lançar a década sobre a mulher.

Saíde apontou tratar-se de um evento em que a temática sobre a mulher terá destaque, dado o contributo que esta tem dado ao longo dos anos no desenvolvimento do continente.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO PAÍS

Segundo Mouzinho Saíde, no quadro da mitigação dos efeitos da seca, o Governo moçambicano está a assistir as comunidades através da distribuição de alimentos e construção de fontes de água para a população bem como para o abeberamento do gado. Para o efeito, em relação ao cenário metereológico nacional foi informado que não houve queda de chuva



significativa no país, e o fenómeno El Niño tem estado a abrandar.

Saíde referiu que, de 21 de Junho último a 10 de Julho corrente, o Governo disponibilizou 518 toneladas de produtos alimentares diversos para apoiar mais de 46 mil pessoas nas regiões afectadas pela seca no país.

O dirigente afirmou que, no mesmo período, foram reabilitados quatro furos de água em Inhambane, aumentando o número de fontes de abastecimento de água para 102.

O porta-voz do Governo indicou, entretanto, que a esperança é que a próxima estação chuvosa ajude o país a sair da situação de insegurança alimentar, destacando que o desafio, na mesma sequência, é controlar possível cenário de cheias.

"Neste momento, está em preparação um programa de contingência para fazer face à época chuvosa, pois prevê-se um cenário de cheias", asseverou o porta-voz.

Segundo a fonte, a situação de insegurança alimentar no país afecta, neste momento, mais de um milhão de pessoas.



GOVERNO APROVA COMISSÃO CENTRAL DE ÉTICA PÚBLICA

Ainda na sessão desta terça-feira, o Governo aprovou a Comissão de Ética Pública, ao abrigo da Lei da Probidade Pública, em vigor no país.

Mouzinho Saíde explicou, em conferência de imprensa, que o executivo moçambicano aprovou uma resolução que nomeia os representantes da comissão.

Assim, foram indicados para a comissão, Eduardo Cassiano, licenciado em Química, Manuel de Jesus Malunga, Mestre em Ciências Jurídicas e Manuela Mapunde, licenciada em Psicologia.

Saíde salientou que a Comissão de Ética Pública será promulgada pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário antes de dar início às suas actividades.

TEMAS APRECIADOS

O Conselho de Ministros apreciou a informação sobre a Dupla Troika da SADC, realizada em Gaborone, Botswana, de 28 a 29 de Junho de 2016.

Segundo Mouzinho Saíde, o encontro tinha como objectivo avaliar o grau de cumprimento das decisões do Reino do Lesotho para garantir um processo harmonioso de reformas e reconciliação.

Apreciou, ainda, os relatórios das visitas dos Primeiros-Ministros da Etiópia a Moçambique, de 29 de Junho a 01 de Julho de 2016 e da Índia, a 07 de Julho de 2016 e o processo de reassentamento na Península Afungi, em Cabo Delgado.



Para desenvolvimento do país

PAZ E AUMENTO DA PRODUÇÃO SÃO PRIORIDADES

- Defende PR Nyusi, na visita de trabalho à província de Nampula



Texto: Mendes José

Fotos: Armando Munguambe

O Presidente da República, Filipe Nyusi, apontou, há dias, na província de Nampula, onde trabalhou em visita presidencial, que a paz efectiva e o aumento da produção em vários sectores constituem caminhos prioritários para o desenvolvimento do país. Numa altura em que a situação financeira internacional afecta também Moçambique, Filipe Nyusi considera a paz e a produção como factores que podem ser decisivos a curto, médio e longo prazos para que, rapidamente, o país supere a crise. Quanto à paz, o Chefe do

Estado diz ser necessário que, urgentemente, se encontre saídas, uma vez que o povo clama, diariamente, por um ambiente de tranquilidade.

Não quero encontrar um culpado para esta situação. Eu sei que a população espera do presidente, todos os dias, soluções para o processo de paz. Por isso, disse e volto a dizer, que nenhum moçambicano deve morrer alegadamente porque recusei mediadores. Eu não durmo sem fazer introspecção sobre o que fiz hoje pela paz", confessou Nyusi.

O Presidente da República garante que tudo faz para o retorno ao diálogo, de modo a se alcançar a paz e quer celeridade no trabalho que está a ser feito pelas partes envolvidas na preparação do

encontro ao mais alto nível.

Sempre procuro saber o que aconteceu nesta área. Se houve mais ataques, quanta gente morreu ou tenha ficado ferida. Procuro, também, saber dos avanços para o encontro com o líder da Renamo. Agora estamos na fase de convidar os facilitadores indicados pela Renamo", precisou Filipe Nyusi.

GARANTIDA SEGURANÇA ALIMENTAR EM NAMPULA

A província de Nampula, com cerca de 20 por cento da população moçambicana, ou seja, a mais populosa do país, garante que até a próxima colheita da campanha

agrícola 2016/2017, não haverá bolsas de fome, em resultado da produção da campanha anterior.

Tanto através dos relatórios do governo provincial como dos comícios, a população de Nampula clama, entretanto, pela reabilitação de estradas, ampliação dos hospitais, emprego mas a fome não consta dos problemas da população. Exemplo disso, a população ofereceu, ao Presidente da República, toneladas de cereais, que, de seguida, Filipe Nyusi disponibilizou para as unidades sanitárias da província.

O Presidente Filipe Nyusi considera que Nampula deve aumentar a produção para, não só alimentar a província, mas os restantes



pontos do país que, devido às calamidades naturais, não conseguiram produzir.

Temos que aumentar a produção em todos os domínios. Mas para o caso concreto, a produção agrícola. Cada um de nós deve ter um espaço para produzir. É com a produção de cebola, de tomate e de couve que podemos reduzir o custo de vida", apontou Nyusi, acrescentando que Moçambique tem condições agro-ecológicas para produção agrícola em larga escala.

DECIDIR EM FUNÇÃO DAS PRIORIDADES LOCAIS

Durante os três dias de visita do Presidente da República à província de Nampula, em que escalou, sucessivamente, os distritos de Liupo, Monapo, Muecate, Nacarôa e Mecubúri, a população apresentou várias preocupações.

Em resposta, Filipe Nyusi afirmou que é preciso que a população, junto do governo local, decida sobre os investimentos de acordo com as prioridades.

"O dinheiro que usamos para construir uma escola, um hospital ou uma estrada vem

do povo. Um nível de produção ou receita dita muito para termos respostas aos pedidos apresentados. O governo e o povo devem estar em consulta permanente para saber o que é prioritário. A democracia pressupõe isso", recomendou Nyusi.

Filipe Nyusi referiu que Moçambique precisa de muita coisa, destacando, no entanto, que tudo deve basear-se na priorização. Apontou que há necessidade de garantir a construção de estradas, não só para a comunicação

entre regiões mas para o escoamento de produtos agrícolas.

"Por exemplo, nos dias que correm, para um financiador dar dinheiro para a construção de estradas, ele exige estudo de viabilidade. O que um distrito tem ou fluxo para justificar o investimento. A população é igual para nós. Por isso, ela própria é que deve definir o que quer em função do bolo que distribuímos em cada parcela do país", referiu o Chefe de Estado, considerando que a visita àquela província nortenha foi positiva.

Cooperação internacional

VISITA DO PM INDIANO DEIXA GANHOS AO PAÍS

Moçambique recebeu, na semana passada, o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi. Trata-se da primeira visita de um dirigente sénior daquele país asiático 30 anos depois. Foi uma visita de um dia mas que deixou ganhos traduzidos em acordos bilaterais, intenções, promessas e ofertas nos domínios económico, político, militar e social. É daquelas visitas que levam muito tempo a acontecer, curtas, mas com resultados tangíveis.

Modi escalou Moçambique como porta de entrada no âmbito da visita que efectuou a outros três países do continente africano, nomeadamente, a África do Sul, Tanzania e Quénia.

A vinda a Moçambique surge em resposta ao convite formulado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, aquando da sua visita à Índia, em Agosto de 2015, que serviu, também, de porta de entrada ao continente asiático.

Os dois países estão ligados pelo Oceano Índico e partilham histórias e cooperação, que datam desde os tempos da luta pela independência.

Mas, também, Moçambique é um dos poucos países com uma comunidade significativa de indianos, possuindo cerca de 20 mil pessoas com descendência indiana. É uma forte ligação reconhecida pelos dois Estados, tanto que, a nível da cooperação económica, o país absorve cerca de 25 por cento do investimento indiano, além de que aquele país asiático está a financiar vários programas de desenvolvimento na "Perola do Índico", desde a área agrícola e segurança alimentar, energia, água e saneamento, ciência e tecnologia, desenvolvimento humano, infra-estruturas, entre outras.



Em termos de trocas comerciais, só no ano passado atingiram 2 biliões de dólares, números que poderão crescer com as facilidades concedidas pela Índia nas exportações moçambicanas.

MOÇAMBIQUE PRIVILEGIADO NO MERCADO INDIANO

O Primeiro-Ministro indiano chegou ao país nas primeiras horas do dia 07 de Julho corrente, tendo sido recebido pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, no seu Gabinete de Trabalho, com todas as honras militares e de Estado, que incluíram salvas de canhão. Os dois governantes reuniram-se a sós por vários minutos, para depois liderarem as conversações entre as duas delegações, que culminaram com a assinatura de três acordos nos domínios de combate ao tráfico de drogas, agricultura e segurança alimentar, juventude e desportos.



No domínio da agricultura, o acordo assinado prevê apoio técnico para o melhoramento da qualidade e da produtividade de feijão bóer para alimentar os mercados interno e indiano. O feijão bóer é apreciado naquele país asiático, bastante populoso. Além deste, o país vai beneficiar de outros privilégios no acesso ao mercado indiano, com a isenção do pagamento das taxas aduaneiras nas exportações de diversos

produtos nacionais.

Em declarações à imprensa, no fim das conversações, os dois governantes deixaram claro que a medida visa impulsionar as transacções comerciais e criar competitividade no sector empresarial.

Aliás, é interesse de ambos países que se definam mecanismos claros de facilitação comercial e para o acesso aos mercados dos dois Estados.

A Índia já deu um passo



importante nesse sentido, tendo, durante uma conferência de imprensa, concedida pelos dois líderes no término das conversações, oferecido uma brochura com a legislação e as facilidades atribuídas aos investidores no mercado indiano.

O Presidente da República, Filipe Nyusi, afirmou ser importante a visita de Modi ao país e, no seu entender, o facto de Moçambique ter sido o primeiro a ser escalado, num périplo que incluía outros países africanos, realça o privilégio de que goza nas relações com aquele país asiático.

Sobre os acordos assinados pela Vice-Ministra da Economia e Finanças, Isaltina Lucas, e pelo Secretário para as Relações Económicas da Índia, Amar Sinha, Nyusi referiu



que os mesmos traduzem o quanto importante é a parceria entre os dois países em todos os domínios, considerando, igualmente, que os indicadores

da actividade comercial e dos investimentos indianos em Moçambique cresceram significativamente nos últimos anos.

"A parceria com a Índia é

de extrema importância e determinante para o desenvolvimento económico de Moçambique, apontou Nyusi, manifestando a vontade de cooperar, também, na área de gestão de calamidades naturais, sobretudo na gestão das cheias, que ciclicamente afectam o país.

"No sector de águas, a Índia vai apoiar Moçambique na construção de sistemas de abastecimento de água e saneamento, na provisão de infra-estruturas socio-económicas, tendo como objectivo a criação de melhores condições de vida para a população", destacou o Chefe do Estado, defendendo a capacitação dos moçambicanos na área de gestão, conservação de águas pluviais e combate a inundações.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



PARCEIRO ESTRATÉGICO

Discursando no banquete de Estado oferecido ao governante indiano, Filipe Nyusi destacou que Moçambique e Índia partilham uma relação histórica e secular, que se desenvolveu através de intercâmbios anteriores à dominação colonial.

Trata-se de laços que têm raízes profundas reflectidas na comunhão de valores culturais e sociais dos nossos povos. A vossa presença no nosso país constitui uma indicação clara do vosso empenho em concretizar e imprimir dinamismo na parceria estratégica para o desenvolvimento entre a Índia e Moçambique, referiu Nyusi, acrescentando que, "estamos certos que o futuro testemunhará o reforço do nosso relacionamento privilegiado e alargando a cooperação para outras áreas de interesse comum, como o intercâmbio entre o sector privado indiano e o empresariado nacional com vista a fortalecer iniciativas nas áreas de agricultura, energia, turismo e infra-estruturas".

O Chefe do Estado sublinhou que Moçambique continuará a assegurar um ambiente

de negócios propício para atracção de investidores e materialização das iniciativas privadas a serem estabelecidas.

Aliás, Nyusi defendeu que a cooperação bilateral entre os dois países constitui um exemplo de parceria para o desenvolvimento, que se traduz no intercâmbio em que ambas partes dão a sua contribuição e colhem benefícios mútuos".

O chefe do executivo indiano, Narendra Modi, apontou que o seu país tem uma visão para uma parceria forte entre ambos Estados.

"Estamos confiantes que com o Presidente Nyusi o investimento indiano vai ser bem acolhido por que vai imprimir qualidade, seja na área agrícola, recursos minerais, energia, segurança e defesa e em noutras áreas de interesse comum", explicou Modi, salientando que, o que Moçambique deseja para o seu crescimento está disponível na Índia.

APOIO PARA SECTORES DA SAÚDE, DEFESA E SEGURANÇA

O Primeiro-Ministro indiano,

Narendra Modi, anunciou, igualmente, a concessão, ao país, de apoio aos sectores da Defesa e Segurança e da Saúde.

Na área da defesa e segurança, o governante indiano referiu que o seu país está disponível a apoiar Moçambique na capacitação institucional, formação militar, provisão de equipamento, assim como intensificar a capacidade de resposta às necessidades emergentes, como o combate ao narcotráfico e à pirataria marítima.

Moçambique e Índia são ligados pelo Oceano Índico e mantém aposta no combate ao terrorismo e, segundo Narendra Modi, a visita permitiu aos dois países manifestar, uma vez mais, o desiderato de cooperar no domínio da defesa e segurança. "As redes estão ligadas através de crimes internacionais e, neste encontro, reafirmamos a nossa determinação para combater este mal", afirmou responsável, referindo-se ao alcance do acordo rubricado sobre o combate ao tráfico de drogas e outros estupeficientes, incluindo fármacos proibidos.

Na área da pirataria, Moçambique e Índia querem dinamizar a cooperação, de modo a acabar com este mal. No auge da pirataria marítima,

em 2011, a Índia recuperou a embarcação pesqueira moçambicana Vega 5, sequestrada por piratas somalis que, durante muito tempo, aterrorizavam a actividade marinha nas águas do Oceano Índico.

Outro apoio concedido ao país diz respeito ao sector da saúde e consiste na oferta de medicamentos essenciais para o Sistema Nacional de Saúde, em particular os destinados ao tratamento do HIV/SIDA.

"A Índia vai doar medicamentos essenciais para o sistema da saúde pública de Moçambique, com destaque para os usados no tratamento do HIV/Sida", explicou Modi.

A Índia diz possuir uma linha de crédito concessional para Moçambique, actualmente calculado em cerca de 640 milhões de dólares.

No âmbito da sua visita a Maputo, Modi escalou o Parque de Ciência e Tecnologia da Maluana, no distrito da Manhica, cuja construção contou com o apoio daquele país asiático, e ofereceu quatro autocarros para o transporte de funcionários do Estado.

O Primeiro-Ministro indiano reuniu-se, igualmente, com estudantes e técnicos moçambicanos formados na Índia.

No centro do país

CONSTRUÇÃO DO CORREDOR DE MACUSE ARRANCA EM 2017

Texto e foto: Lopes Obadias

As obras de construção do Corredor de Macuse, no distrito de Namacurra, província da Zambézia, que vai criar condições para a atracagem de navios com peso até 80 mil toneladas e um terminal para 300 mil contentores de vinte pés, por ano, estão previstas para começar no primeiro trimestre de 2017, segundo os responsáveis do projecto.

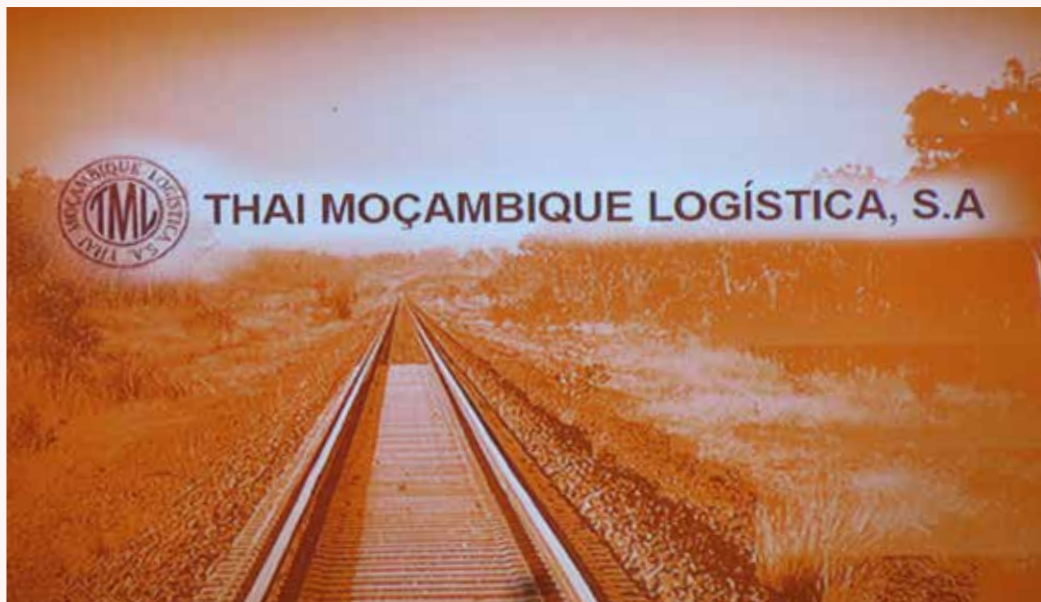
A iniciativa inclui a construção de linha-férrea de Moatize, na província de Tete, até Macuse, na Zambézia, com uma extensão de aproximadamente 580 quilómetros.

Os dados foram avançados, há dias, ao empresariado e sociedade civil da Zambézia pelo presidente do Corredor de Desenvolvimento Integrado do Zambeze, Abdul Carimo, durante a apresentação, em Quelimane, do projecto de Corredor de Macuse.

"Estamos, finalmente, a alterar a designação inicialmente concebida aquando da concessão da linha-férrea Moatize-Macuse e do Porto de Macuse para garantir algumas cláusulas contratuais ao longo do processo para a sua materialização e não só", apontou Carimo, destacando que "tanto a construção do Porto como da linha-férrea são importantes para responder à demanda de transporte do carvão mineral extraído em Moatize, actualmente escoado através do Porto da Beira, na província de Sofala".

A fonte referiu que a linha-férrea de Sena possui capacidade para transportar 6.6 milhões de toneladas por ano, numa altura em que as mineradoras projectam uma produção de cerca de 100 milhões de toneladas até 2025.

"Actualmente, estão em curso encontros de consulta pública para apresentação do relatório preliminar do estudo do impacto ambiental do projecto de construção da linha-férrea



Moatize-Macuse e do Porto de Macuse", explicou a fonte.

Os estudos preliminares reconhecem que as infra-estruturas ferro-portuárias terão um itinerário que atravessa os distritos de Moatize, Doa e Mutarara, em Tete, e Mopeia, Nicaodala e Quelimane, na Zambézia.

Segundo Carimo, com conclusão do Corredor de Macuse perspectiva-se a circulação de pelo menos cinco comboios por dia.

"Destes cinco comboios, a obrigação que o concessionário tem é fazer pelo menos 10 por cento da carga de passageiros e vice-versa, portanto, isto é, em cada





DIMENSÃO DO PROJECTO DE CORREDOR DE MACUSE



- PRIMEIRA INFRAESTRUTURA FERROPORTUÁRIA DE DIMENSÃO RELEVANTE, QUE SERÁ CONSTRUÍDA DE RAIZ APÓS A INDEPENDÊNCIA
- A MAIOR INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA NA ZAMBÉZIA DESDE A INDEPENDÊNCIA NACIONAL.



dia será disponibilizado um comboio de pessoas e quatro seriam de carvão.

Carimo frisou que cada comboio será constituído por três locomotivas e 216 vagões com capacidade para 100 toneladas por unidade.

Contrariamente às bitolas métricas (1,06 metros) actualmente existentes nas linhas-férrreas do país, no Corredor de Macuse serão implantadas bitolas "standart", isto é, uma distância de 1,5 metros entre um caril e outro.

"As inovações previstas no Corredor de Macuse visam, entre outros objectivos, assegurar a deliberação da União Africana em vigor há mais de 15 anos, segunda a qual as futuras linhas no continente devem ser de bitolas "standart", num processo de reforma gradual de bitola métrica", explicou Carimo, salientando que o modelo permite transportar volumes de carga e com maior velocidade. Segundo a fonte, a "quantidade, volume de carga, velocidade e tempo (de demora) são os gran-

des triunfos para que o corredor seja o mais competitivo a nível de Moçambique e um dos mais competitivos de África".

O Corredor de Macuse constituirá a primeira infra-estrutura ferro-portuária de dimensões relevantes a ser construída de raiz no país, após a independência nacional.

Abdul Carimo afirmou que a preocupação dos empresários da Tailândia, que detém 60 por cento das acções do projecto do Corredor de Macuse, é transportar o carvão por tratar-se

de um produto bancável a nível internacional.

"O nosso interesse final é termos uma infra-estrutura desta dimensão porque acreditamos que com ela, Zambézia volta resgatar o lugar que ostentava na década 70".

Os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) perspectivam desenvolver, em Macuse, um terminal para 300 mil contentores de vinte pés, por ano.

Questionado pelos agentes económicos sobre o impacto da empregabilidade no país durante a execução do projecto, o responsável garantiu que, só na fase de construção, serão empregues cerca de 5 mil pessoas, das quais 5 por cento mão-de-obra estrangeira.

Carimo referiu que estudos preliminares apontam que o projecto está avaliado em pouco mais de 3,8 biliões de dólares. "Com os resultados dos estudos técnicos esperamos a redução dos actuais 3,8 biliões de dólares, sendo que, actualmente, decorrem negociações com os concorrentes, com o objectivo de otimizar as suas propostas, soluções técnicas e metodologias, isto até meados de Setembro próximo", apontou Abdul Carimo.

Para geração de riqueza

DIÁSPORA DEVE IDENTIFICAR FONTES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O Governo desafia a diáspora a identificar fontes de financiamento e parcerias estratégicas que permitam a melhoria da actividade económica no país e a geração de riqueza para os moçambicanos.

O apelo foi deixado na tarde desta terça-feira, em Maputo, pelo vice-ministro do Interior, José Coimbra, que falava no encerramento do Fórum da Diáspora 2016, que se realizou de 11 a 12 de mês em curso, sob o lema "Envolver a Diáspora para contribuir no Desenvolvimento do País".

Explicou que o encontro permitiu a criação de uma rede de moçambicanos na diáspora disposta a contribuir para o desenvolvimento económico e

social do país.

"A criação desta rede da diáspora representa uma oportunidade para a troca e difusão de informação ligada ao desenvolvimento, bem como sobre as várias oportunidades de negócios existentes no país", explicou, defendendo que "um dos desafios a ter em conta no envolvimento da diáspora nos esforços conducentes a melhoria da actividade económica no país, através de investimentos que permitam gerar riqueza, está ligado a identificação de fontes de financiamento e parcerias estratégicas", disse José Coimbra.

Apelou para que o próximo Fórum fosse envolvido o sector privado, incluindo a criação de um painel específico de diálogo

entre a diáspora e as instituições financeiras nacionais, com linhas de crédito ao investimento.

O encontro, que envolveu membros da sociedade civil da Diáspora, representantes das Instituições do Estado e suas representações nos países de acolhimento, Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior e discentes tinha o objectivo melhorar os mecanismos de comunicação entre o Governo e os moçambicanos residentes no exterior para a promoção do seu envolvimento na agenda nacional de desenvolvimento.

O encontro tinha em vista, também, lançar as bases para a criação de uma plataforma de troca de informações so-

bre as potenciais áreas de investimentos e/ou partilha de oportunidades de negócio que o país oferece; contribuir para um ambiente cada vez mais profícuo de diálogo permanente entre as nossas Missões Diplomáticas e Consulares e os membros da diáspora, de forma a aumentar o número de moçambicanos a registarem-se nas embaixadas; e identificar e partilhar os mecanismos de financiamento de iniciativas da diáspora organizada em associações, nos países de acolhimento.

O encontro foi organizado pelo Instituto Nacional de Apoio às Comunidades Moçambicanas no Exterior (INACE), em parceria com a Organização Internacional das Migrações

CEMAL REINTEGRA MAIS DE 900 TRABALHADORES DESPEDIDOS



Os Centros de Mediação e Arbitragem Laboral (CEMAL), em todo o país, conseguiram dirimir, de 2015 até Maio deste ano, diversos casos de conflitos laborais, remetidos por trabalhadores e empregadores, em busca de justiça ou solução consensual, o que culminou com desfechos definitivos, incluindo a reintegração de trabalhadores despedidos e a recuperação de dinheiro injustamente retido ou descontado por entidades empregadoras.

Em resultado das mediações e, após concluir-se que houve actos de injustiça laboral, na interpretação da legislação em vigor, 917 trabalhadores de diversas empresas, em todo o país, reasumiram os seus postos, de onde tinham sido expulsos ou suspensos pelos respectivos gestores ou entidades empregadoras e patronais, por várias alegações. No total, deram entrada nos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral do país, durante o período em análise, pouco mais de 11 mil casos de conflitos laborais, dos quais, saíram mais de 8 mil acordos entre as partes em conflito. Os consensos resultaram, também, na devolução, por parte de alguns empregadores e entidades patronais, de cerca de 37,5 milhões de meticais, distribuídos entre salários e indemnizações



aos trabalhadores lesados ou privados dos montantes.

Na abertura da 6ª Reunião Nacional da Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL), realizada, esta segunda-feira, a Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, chamou a atenção para o facto destes números, sobretudo, a procura cada vez acentuada dos serviços da COMAL imporem desafios no que tange à extensão dos serviços para os distritos, bem como a existência de uma base de dados para permitir a tipificação dos conflitos frequentes no país, a área de actividade, assim como a avaliação do impacto social dos serviços desenvolvidos.

A Reunião Nacional da COMAL, que se realiza anualmente, é um órgão de consulta, avaliação e coordenação de acções, apresentando-se como

uma oportunidade para que este órgão tripartido avalie as realizações no âmbito do cumprimento do Programa Quinquenal do Governo e do Plano Económico e Social, bem como perspectivar acções.

Os representantes dos sindicatos e dos empregadores mostraram-se encorajados com estes números, apelando as autoridades a consolidarem e expandirem este modelo extrajudicial de resolução de conflitos laborais pelo país.

Os parceiros sociais consideram que o momento que o país atravessa não é dos melhores em termos de mercado de trabalho pois "a conjuntura actual, caracterizada por choques naturais e tensão militar, associada à conjuntura externa, que se manifesta, sobretudo, pela queda dos preços internacionais das principais matérias-primas e

pelo fortalecimento do dólar no mercado internacional estão a aumentar a pressão sobre a economia nacional, criando situações de instabilidade de muitas empresas".

Segundo os parceiros sociais, os recentes acontecimentos na União Europeia, em que um dos membros influentes, Reino Unido, decidiu, em referendo, abandonar a organização, como um dado também a ter em conta, porque poderão, a curto prazo, agravar a pressão sobre a nossa economia e piorar as condições de vida da maioria dos moçambicanos. As dificuldades na importação de matéria-prima ou de colocar a produção no mercado a preços concorrenciais está a reduzir a captação de receitas e a afectar o cumprimento das obrigações por parte de algumas empresas. No encontro, apontou-se como principais causas dos conflitos laborais, alguns dos quais que terminam em greve, a falta de contratos de trabalho, roubo nas empresas protagonizado por alguns trabalhadores, absentismo, incumprimento do previsto nos contratos de trabalho, falta de pagamento ou atraso de salários, despedimentos sem justa causa, desvio de descontos salariais para fins de segurança social por parte dos empregadores, maus tratos, falta de condições de trabalho, bem como a falta de acordos colectivos de trabalho.



MOÇAMBIQUE DECLARADO LIVRE DA POLIOMIELITE



O Ministério da Saúde (MISAU) anunciou, esta segunda-feira, que Moçambique foi certificado livre da poliomielite, doença infecciosa causada por um vírus que afecta principalmente as crianças com idade inferior aos cinco anos. O anúncio surge depois de o Comité Mundial, que se reúne regularmente para garantir a certificação dos países livres da doença ter mantido, de 27 de Junho a 01 de Julho corrente, um encontro em Argel, capital argelina, onde Moçambique foi avaliado positivamente e, por conseguinte, declarado livre da poliomielite. O Vice-Ministro da Saúde, Mouzinho Saide, afirmou, em Maputo, em conferência de imprensa, que a certificação de eliminação da poliomielite é um marco importante na história da saúde pública do país, depois da lepra, em 2008. A poliomielite, também conhecida como pólio ou paralisia infantil, é uma doença contagiosa que afecta particularmente crianças menores de cinco anos e provoca paralisia dos membros,

principalmente os inferiores. Na maioria dos casos, os doentes não apresentam sintomas mas quando aparecem são graves e incluem a atrofia dos membros. Em alguns casos raros, a doença pode chegar a paralisia dos músculos respiratórios e levar à morte das pessoas não tratadas. É um dia de festa porque a doença é altamente contagiosa e debilitante e a declaração constitui uma grande satisfação para o governo mas também a saúde das famílias e das comunidades, apontou Saide, enaltecendo o contributo dos profissionais que, desde o início, estiveram envolvidos no processo. Segundo Mouzinho Saide, o país trilhou diversas etapas para atingir a fase em que se encontra, que incluem o envolvimento de muitos profissionais de saúde a nível dos distritos, das unidades sanitárias e central. A partir de 1997, o país embarcou numa campanha cerrada de vigilância epidemiológica e de criação de comités de certificação de eliminação da doença. Foram envolvidos especialistas e profissionais para garantir qualidade das amostras, uma vigilância dos casos de

paralisia flácida aguda a nível dos distritos e qualidade de cobertura equiparável aos níveis internacionais. Passados anos, depois de iniciar o processo de eliminação da doença, Moçambique chega a esta fase. O país adoptou a Iniciativa Global de Erradicação da Pólio, cujo objectivo é confirmar a não circulação do poliovírus selvagem no território moçambicano e no mundo, tendo, desta feita, apostado na vacinação de rotina para alcançar 80 por cento da cobertura contra pólio a nível dos distritos e 90 por cento do país. No pacote de medidas foi também introduzida a vigilância epidemiológica para demonstrar a ausência da circulação do poliovírus entre os casos de paralisia flácida aguda; actividades de vacinação suplementar (Semana Nacional de Vacinação, nos dias nacionais de vacinação) para atingir as que não são abrangidas pelas actividades de vacinação de rotina. Saide apontou, por outro lado, a vigilância ambiental para detectar focos ou reservatórios de contaminação contra o poliovírus selvagem como parte fundamental das medidas tomadas.

O governo tem estado a criar condições para aumentar a vigilância epidemiológica com vista a garantir que não haja circulação da pólio a nível do país, incluindo a vacinação suplementar para garantir o incremento nas coberturas de vacinação, e uma maior cobertura, explicou a fonte. Todavia, segundo as recomendações do Comité Internacional de Certificação, Moçambique deve continuar a reforçar as medidas de vigilância epidemiológica, em particular no que diz respeito à melhoria da qualidade das amostras para as análises. O Vice-Ministro da Saúde referiu que o esforço deve ser, igualmente, no sentido de melhorar as histórias clínicas feitas nas unidades sanitárias para reduzir os casos de paralisia flácida aguda, aumentar a cobertura vacinal e incrementar as medidas de controlo ambiental para que não existam reservatórios do vírus. A poliomielite ainda preocupa a Organização Mundial da Saúde (OMS), particularmente nos países asiáticos como a Índia, Bangladesh, Paquistão e Nepal. (AIM)

Campanha arrancou ontem em três províncias

INVESTIDOS 70 MIL DÓLARES PARA PROMOVER POUPANÇA DE ÁGUA



No âmbito da resposta à seca, que afecta as regiões sul e centro do país, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e os fundos do Departamento dos Estados Unidos para Assistência à Desastres no Exterior (OFDA), lançaram esta quarta-feira uma campanha de Poupança de Água no país. Avaliado em cerca de 70 mil dólares norte-americanos, a iniciativa visa minimizar os efeitos da seca que se traduzem na falta do precioso líquido para o abeberamento humano e animal, bem como para a irrigação dos campos agrícolas. Segundo explicaram os promotores da iniciativa, a campanha consistirá num processo pedagógico através da difusão de programas radiofónicos nos meios de comunicação social

comunitárias, colagem de panfletos, distribuição de folhetos, entre outras actividades. Os programas nas rádios comunitárias vão se basear em entrevistas ao pessoal técnico ligado ao sector das águas e radioteatros que sensibilizam sobre diferentes temas relacionados com a educação, água e saneamento. Os spots publicitários a serem difundidos, também nas rádios, contém seis mensagens-chaves e vão ser distribuídos outdoors, cartazes e autocolantes com 15 mensagens-chaves. Segundo explicaram os organizadores da campanha, serão usados, igualmente, unidades móveis do Instituto de Comunicação Social na Cidade e Província de Maputo que vão sensibilizar e distribuir cartazes e autocolantes em 23 bairros da capital do país e dos distritos de Moamba, Boane, Magude e Matola. Intervindo no acto, o director

geral adjunto do INGC, Casimiro Abreu, explicou que a campanha tem em vista induzir as comunidades para mudança de comportamento na forma como usam e gerem este recurso. "A seca nos mostra que devemos mudar a nossa forma na utilização da água, tanto na zona urbana assim como rural. A água tem nos revelado que é um recurso esgotável e se não fizermos nada, colocaremos em causa a nossa sobrevivência, assim como das gerações vindouras. É um imperativo de todos os segmentos da sociedade a mudança do comportamento na forma como utilizamos o líquido precioso", explicou vincando que é preciso uma mudança de paradigma e aceitação por parte de toda a sociedade. Abreu salientou que na zona rural, para a população obter a água percorre quilómetros e ao encontrar este líquido é reco-

mendável que a use racionalmente.

ESTUDO PARA TRATAR ÁGUA SALINIZADA

Casimiro de Abreu explicou que as zonas rurais do país, sobretudo no norte de Gaza e Maputo, tem se debatido igualmente com o problema de água com elevados índices de salinidade, o que a torna imprópria para o consumo.

"Isto nos desafia a adoptarmos tecnologias de dessalinização para que as nossas populações tenham acesso à água com qualidade para o consumo. E para responder a esta necessidade queremos continuar a contar com apoio dos nossos parceiros, envidando esforços para tornar as comunidades mais resilientes aos efeitos adversos à natureza", disse.

Explicou que o INGC enviou recentemente técnicos a Israel para aprenderem e adquirir experiência sobre a dessalinização da água potável. Neste momento já estão a realizar estudos técnicos no terreno, faltando o desenho de um plano de acção e a respectiva orçamentação.

"É uma actividade que se vai realizar a curto e médio prazo porque implica custos", disse o responsável.

A campanha foi lançada na presença de representantes da Organização Internacional da Migração em Moçambique Katharina Schnoering, o representante da USEID, Kennet Hassan, e a directora do Instituto de Comunicação Social, Sofia Ibraimo, entre outros.

